



CONTA DE GERÊNCIA

DE 1 DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Relatório de contas

Ponta Delgada, Abril de 2015



I INTRODUÇÃO

O presente capítulo incide sobre a análise da execução orçamental e sobre a análise às demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) previstas no POC Educação.

Na leitura dos comentários, em particular sobre os indicadores económicos e financeiros, deve ter-se em consideração que a Universidade dos Açores está integrada no sector público administrativo e que, por isso, obtém financiamento do Orçamento de Estado. Esta circunstância condiciona a interpretação sobre os indicadores relacionados com a solvabilidade, endividamento e equilíbrio financeiro.

A Universidade dos Açores (UAÇ) é um instituto público com personalidade jurídica, património próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da lei e dos Estatutos da Universidade dos Açores (UAÇ).

Na sequência da entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, são elaboradas as presentes contas do exercício de 2014, de acordo com o referido plano contabilístico.

Assim, a presente análise reporta ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014.



II - Saldo de Gerência

A conta de gerência relativa a 31 de Dezembro de 2014 apresentou um volume global de 25.876.570,49 € e sintetiza-se no seguinte quadro de fluxos:

1. Saldo da gerência anterior

De dotações orçamentais (OE)	17.505,66
De receitas próprias	191.917,81
De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios	-73.796,78
	<hr/>
	135.626,69

2. Recebimentos na gerência

De dotações orçamentais (OE)	16.030.438,75
De receitas próprias	4.676.258,89
De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios	5.034.246,16
	<hr/>
	25.740.943,80

TOTAL	25.876.570,49
--------------	----------------------

3. Pagamentos na gerência

De dotações orçamentais (OE)	16.010.931,85
De receitas próprias	4.189.985,46
De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios	5.009.183,90
	<hr/>
	25.210.101,21

4. Saldo para a gerência seguinte (1+2-3)

De dotações orçamentais (OE)	37.012,56
De receitas próprias	678.191,24
De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios	-48.734,52
	<hr/>
	666.469,28

TOTAL	25.876.570,49
--------------	----------------------



Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo resultante da execução orçamental foi de 666.469,28€ (135.626,69 € no final do ano económico de 2013), sendo constituído por 37.012,56€ provenientes do Orçamento do Estado (17.505,66€ no final de 2013), 678.191,24€ de receitas próprias (191.917,81€ no final de 2013) e por -48.734,52€ de fundos alheios (-73.796,78 € no final de 2013).

III - Análise da execução orçamental

A Universidade dos Açores defrontou-se em 2014 com dois fatores que, vindos de trás, condicionam fortemente a sua atuação: os constrangimentos financeiros decorrentes do Orçamento Geral do Estado e o cumprimento do Plano de Recuperação Financeira (PRF). É de facto num quadro de reconhecida contenção e rigor orçamental, que a Universidade dos Açores dispôs de um orçamento aprovado de €17.299.934.

Quadro 1: Principais Indicadores Orçamentais

Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Despesa Paga
17 299 934	22 220 917	20 916 121	20 200 917

A dotação orçamental inicial atribuída pela Tutela para 2014, coloca em causa a capacidade de renovação de infraestruturas e de assegurar o nível de qualidade desejável para a Universidade dos Açores. Este orçamento impôs um rigoroso controlo orçamental, com o necessário desenvolvimento de novas medidas de contenção de despesa e forte limitação à atividade normal da instituição.



1 - Execução das Despesas

Quadro 2: Comparativo do Orçamento da Despesa da UAc por Classificação Económica

Classificação Económica	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Varição OI/OC
01 Despesas com o pessoal	16 401 704	18 090 239	10,3%
02 Aquisição de bens e serviços	430 654	2 512 283	483,4%
03 Juros e outros encargos	42 576	217 576	411,0%
04 Transferências correntes	0	241 959	100,0%
06 Outras despesas correntes	5 000	577 560	11451,2%
Total das despesas correntes	16 879 934	21 639 617	28,2%
07 Aquisição de bens de capital	20 000	181 300	806,5%
10 Passivos financeiros	400 000	400 000	0,0%
Total das despesas de capital	420 000	581 300	38,4%
TOTAL	17 299 934	22 220 917	28,4%

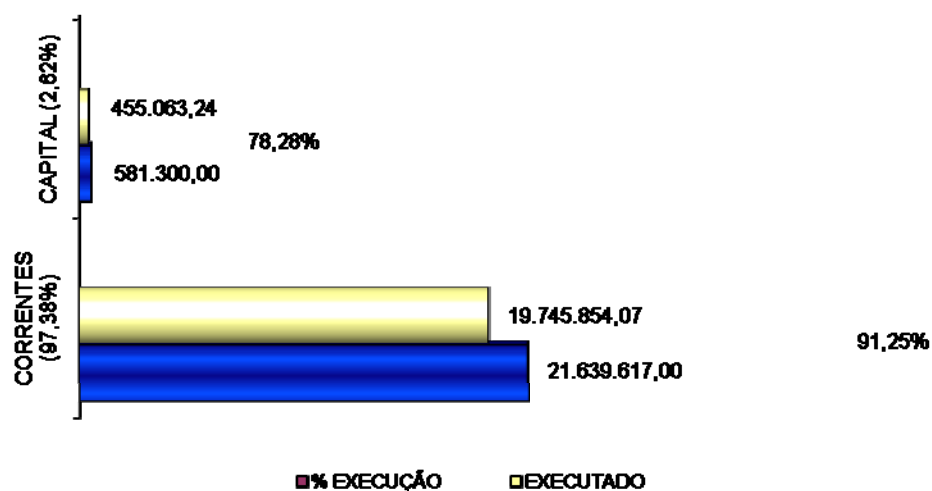
Na ótica da despesa a variação de +28,4% face ao orçamento inicial aprovado faz-se corresponder essencialmente nas despesas com pessoal (+1.688.535 €) e na aquisição de bens e serviços (+2.081.629 €).

Quadro 3: Grau de Execução Orçamental da Despesa

Classificação Económica	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de execução
01 Despesas com o pessoal	18 090 239	17 553 209	97,0%
Remunerações certas e permanentes	13 872 298	13 852 456	99,9%
Abonos variáveis	343 273	326 777	95,2%
Encargos sobre remunerações	3 874 668	3 373 976	87,1%
02 Aquisição de bens e serviços	2 512 283	1 566 805	62,4%
Aquisição de bens	264 700	128 320	48,5%
Aquisição de serviços	2 247 583	1 438 485	64,0%
03 Juros e outros encargos	217 576	174 535	80,2%
04 Transferências correntes	241 959	157 011	64,9%
06 Outras despesas correntes	577 560	294 294	51,0%
Total das despesas correntes	21 639 617	19 745 854	91,2%
07 Aquisição de bens de capital	181 300	55 063	30,4%
10 Passivos financeiros	400 000	400 000	100,0%
Total das despesas de capital	581 300	455 063	78,3%
TOTAL	22 220 917	20 200 917	90,9%

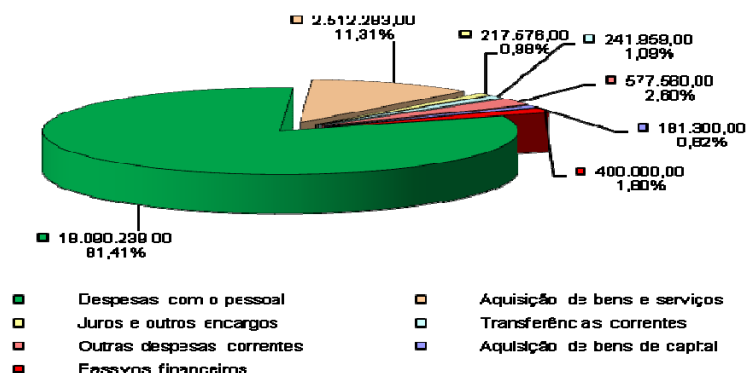
A 31 de dezembro de 2014, a despesa total executada, no orçamento da Universidade dos Açores, totalizou 20.200.917,31 €, enquanto a despesa orçamentada corrigida totalizou 22.220.917,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 90,91%.

GRÁFICO 1-1 – DESPESA EXECUTADA VS DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA



A despesa orçamentada corrigida é constituída por 97,38 % de despesas correntes e de 2,62% de despesas de capital, sendo a execução orçamental destas despesas de respetivamente 91,25% e 78,28% (GRÁFICO 1-1).

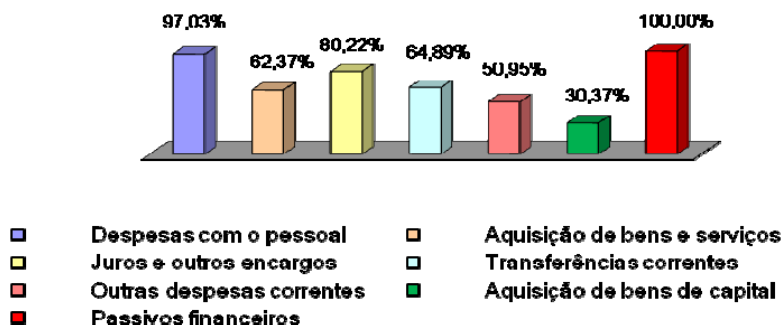
GRÁFICO 1-2 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO





Considerando as despesas orçamentadas corrigidas por subagrupamento, verificou-se uma maior preponderância das despesas com pessoal 81,41% e as aquisições de bens e serviços com 11,31% (GRÁFICO 1-2).

GRÁFICO 1-3 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO



Na despesa executada por subagrupamento, verificam-se graus de execução orçamental de 97,03% nas despesas com pessoal, 62,37% para as aquisições de bens e serviços, 80,22% nos juros e outros encargos, 64,89% e de 100% para passivos financeiros.

Importa realçar que a execução anual foi fortemente condicionada por via do adiamento do último reforço atribuído pelo MEC. A expectativa de se efetuarem as declarações de substituição referentes ao IVA referente a empreitadas de 2010 e 2011, bem como as aquisições de bens e serviços não concretizáveis no final de 2014, contribuem para a baixa execução anual nas rubricas 02 Aquisições de bens e serviços, 03 Juros e outros encargos e 06 Outras transferências correntes.



2- Execução das Receitas

Quadro 4: Comparativo do Orçamento da Receita da UAc por Classificação Económica

Classificação Económica	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Variação OI/OC
04 Taxas, multas e outras penalidades	3 780 000	3 808 000	0,7%
05 Rendimentos de propriedades	6 000	8 000	33,3%
06 Transferências correntes	13 012 031	17 532 589	34,7%
07 Vendas de bens e serviços correntes	230 000	390 000	69,6%
08 Outras receitas correntes	16 000	16 000	0,0%
Total das receitas correntes	17 044 031	21 754 589	27,6%
10 Transferências de capital	250 903	250 903	0,0%
15 Reposições não abatidas	5 000	6 000	20,0%
16 Saldo da gerência anterior	0	209 425	100,0%
Total das receitas de capital	255 903	466 328	82,2%
TOTAL	17 299 934	22 220 917	28,4%

O orçamento corrigido ascendeu a 22.220.917 €, o que correspondeu a uma variação de +28,4% face ao orçamento inicial aprovado, em consequência da integração do saldo de gerência anterior (+209.425 €) e do aumento das transferências correntes (+4.520.558 €).



Quadro 5: Grau de Execução Orçamental da Receita

Classificação Económica	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada Líquida	Grau de execução
04 Taxas, multas e outras penalidades	3 808 000	3 246 602	85,3%
05 Rendimentos de propriedades	8 000	7 508	93,9%
06 Transferências correntes	17 532 589	17 145 235	97,8%
MCTES	15 903 641	15 903 640	100,0%
FCT	69 823	5 021	7,2%
Região Autónoma dos Açores	1 121 000	821 000	73,2%
União Europeia	429 125	415 574	96,8%
Outras	9 000	0	0,0%
07 Vendas de bens e serviços correntes	390 000	167 392	42,9%
08 Outras receitas correntes	16 000	12 801	80,0%
Total das despesas correntes	21 754 589	20 579 538	94,6%
10 Transferências de capital	250 903	121 778	48,5%
15 Reposições não abatidas	6 000	5 381	89,7%
16 Saldo da gerência anterior	209 425	209 425	100,0%
Total das despesas de capital	466 328	336 584	72,2%
TOTAL	22 220 917	20 916 122	94,1%

Em 31 de dezembro de 2014, a receita cobrada no orçamento da Universidade dos Açores totalizou 20.916.121,11 €, enquanto a receita orçamentada corrigida totalizou 22.220.917 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 94,13%. (GRÁFICO 2-1) e Quadro 5.

GRÁFICO 2- 1 – RECEITA ORÇAMENTADA VERSUS RECEITA EXECUTADA

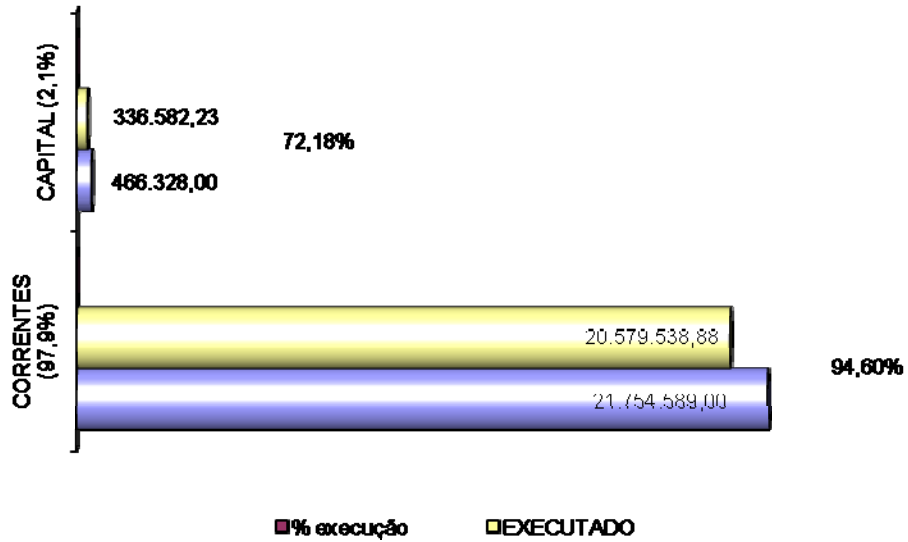
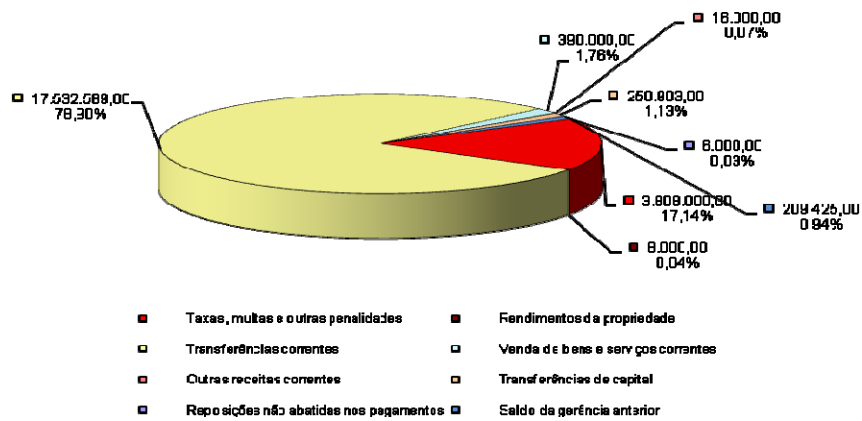


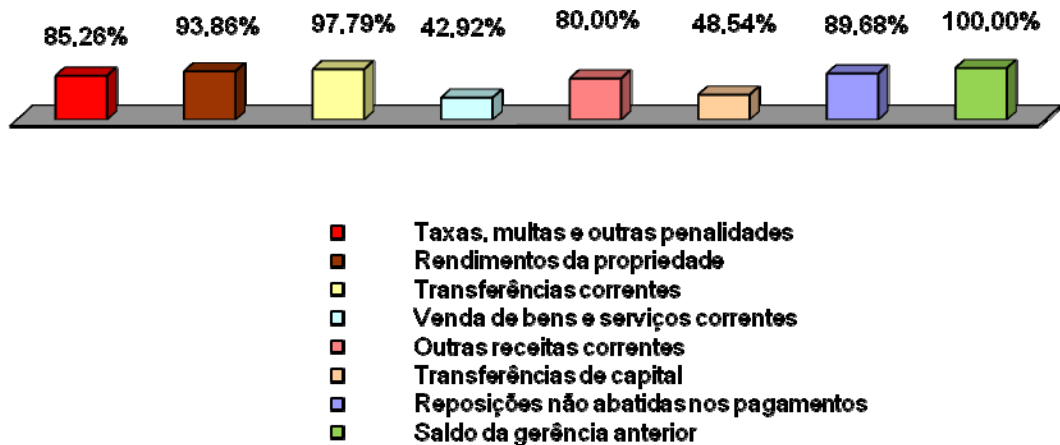
GRÁFICO 2- 2 – RECEITA ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR CAPITULO





Considerando as receitas orçamentadas corrigidas por capítulo, constatou-se que houve uma maior preponderância das receitas com transferências correntes (78,90%), e das taxas, multas e outras penalidades (17,14%).

GRÁFICO 2-3 - EXECUÇÃO DAS RECEITAS POR CAPÍTULO



Considerando a receita executada por capítulo, verificaram-se graus de execução orçamental de 93,86% nos rendimentos de propriedade, 42,92% das vendas de bens e serviços correntes, de 97,79% para as receitas provenientes de transferências correntes, e de 89,68% para as receitas provenientes de reposições não abatidas nos pagamentos. O saldo da gerência anterior obteve uma execução orçamental de 100,00% (GRÁFICO 2-3).

Destaca-se a receita cobrada de "Propinas" (taxas, multas e outras penalidades) que apresenta um grau de execução na ordem dos 85,3% sendo que 3,3% constitui cobrança de anos anteriores. Importa ainda referir a aprovação pelo Conselho Geral da proposta da Reitoria para o aumento do valor da propinas que no ano letivo de 2014/2015 passou para 975 € em todos os cursos de 1º ciclo iniciados e terminados na UAc, isto é, mais 40 euros do que o observado até à data, enquanto que os cursos para os quais a UAc apenas ministra os preparatórios passaram a ter uma propina igual à da Universidade de destino. No caso dos CET o aumento do valor da propina



foi, este ano, de 15€. Com esta medida cumpriu-se uma das exigências do PRF, mais concretamente no aumento de mais 100.000 € em 2014.

A receita cobrada da Região Autónoma dos Açores apresenta um grau de execução na ordem dos 73,4% sendo que o orçamento corrigido refletia a expectativa da UAc na transferência dos valores: 471.000 € (relativos a 2013), 350.000 € (apoio à tripolaridade no ano de 2014) e 300.000 € (relativos a uma decisão da Assembleia Legislativa regional em aprovar um reforço ao protocolo de apoio à tripolaridade). Esta última transferência não se concretizou na execução orçamental.

As Receitas Gerais do Estado constituem uma origem de fundos estrutural no quadro do sistema de financiamento do ensino superior público, tendo, em 2014, o financiamento orçamental direto do Estado ascendido a 78,9% do total do orçamento da UAc.

As transferências do MEC ascendem a 15.903.641€ e correspondeu a uma variação de +26,3% face ao orçamento inicial aprovado.

Descreve-se no quadro abaixo as diferentes transferências do MEC, sendo que importa salientar que os reforços de 18 de novembro e 18 de dezembro resultam do pedido de atribuição de um reforço orçamental efetuado pela Reitoria a 14 de outubro de 2014 que demonstra em primeiro lugar a aceitação por parte do MEC da necessidade das referidas verbas, assim como a constatação do cumprimento do PRF.

Quadro 6: Descrição da Receita proveniente do MEC - Reforços ao Orçamento Inicial

Descrição da Receita do MEC	Valor
Receita consignada ao pagamento das indemnizações por mútuo acordo	282 412,00
Restituição do excesso de corte no OE devido às reduções remuneratórias de 2014	477 194,00
Reforço para cobrir o pagamento referente às reduções remuneratórias decretadas pelo TC (entre 1 junho a 12 de setembro) em maio de 2014, corrigido até final do ano com os novos cortes de setembro	832 369,00
Reforço Novembro 18 nov	1 202 375,00
Reforço Dezembro (Bolsas de mérito)	19 400,00
Reforço Dezembro 18 dez	497 683,00
TOTAL	3 311 433,00

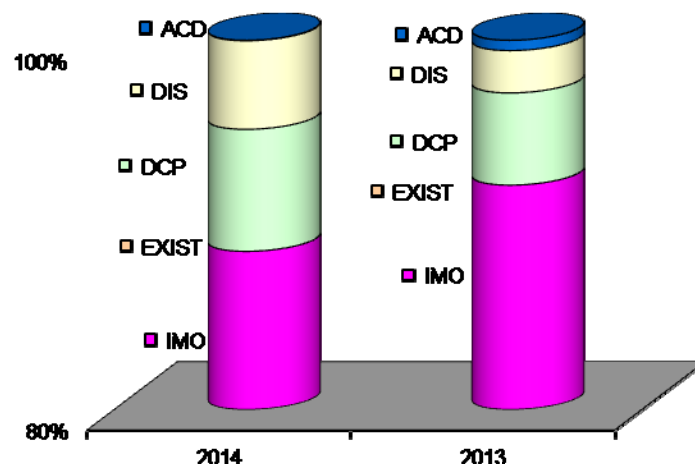


III Análise das Demonstrações Financeiras

Contas de Balanço

O ativo líquido, no valor 37.529.974,40 €, é composto por imobilizado (88,57%), por dívidas de terceiros – curto prazo (6,61%), por disponibilidades (4,80%) e por acréscimos e diferimentos (0,02%). (GRÁFICO 3-1 e anexo III – Balanço Funcional).

Estrutura do Ativo (Gráfico 3-1)



O imobilizado é constituído por imobilizações corpóreas e investimentos financeiros (32.304.986,12€).

As dívidas de terceiros — curto prazo constituem-se por: clientes c/c (203.379,74€), alunos c/c (2.105.230,60€), clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa (981.737,15€) e por outros devedores (287.366,74€). Foram constituídas provisões para cobranças duvidosas no montante de 1.097.634,80€.

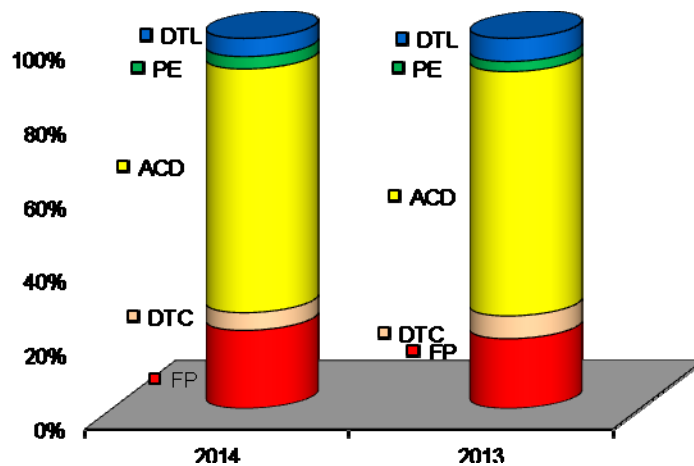
As disponibilidades são constituídas valores em caixa, pelos depósitos na conta no IGCP e nas várias Instituições Bancárias (1.800.027,29€).



Relativamente ao exercício anterior, o ativo líquido aumentou 1.515.714,47 € (4,21%) o que se explica sobretudo pela variação de dívidas de terceiros de curto prazo (2.403.410,96 €), pelos aumentos nos depósitos em instituições financeiras e caixa de 973.624,61 €, (anexo III – Balanço Funcional).

O passivo registou variação: nos acréscimos e diferimentos de 943.657,32 €, as provisões para riscos e encargos 262.608,06€, nas dívidas a terceiros de médio e longo prazo (-400.000€), e nas dívidas a terceiros de curto prazo (420.505,16 €). Verificou-se um aumento nos fundos próprios de 1.129.954,25€. (anexo III – Balanço Funcional).

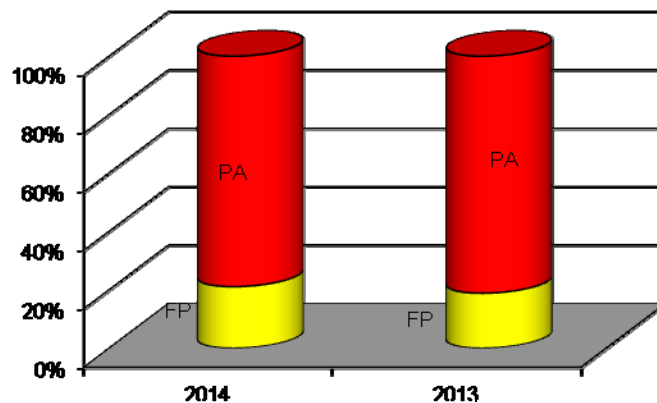
Composição dos fundos próprios e do passivo



Em 31 de Dezembro de 2014, os fundos próprios representavam 21,09% do ativo (18,84% no exercício de 2013), enquanto as dívidas a terceiros de curto prazo representavam 4,79% (6,16% no exercício de 2013), os acréscimos e diferimentos do passivo representavam 65,85% (66% no exercício de 2013), dívidas a terceiros de longo prazo representavam 4,93% do ativo (6,25% no exercício de 2013) e finalmente as provisões para riscos e encargos representam 3,33% do ativo (2,74% em 2013).



Estrutura de capitais



No mesmo período, os fundos próprios representavam 26,73% (23,22% no exercício de 2013) do passivo o que evidencia um aumento da solvabilidade e uma estrutura financeira caracterizada por uma forte componente de fundos alheios.

Contas de resultados

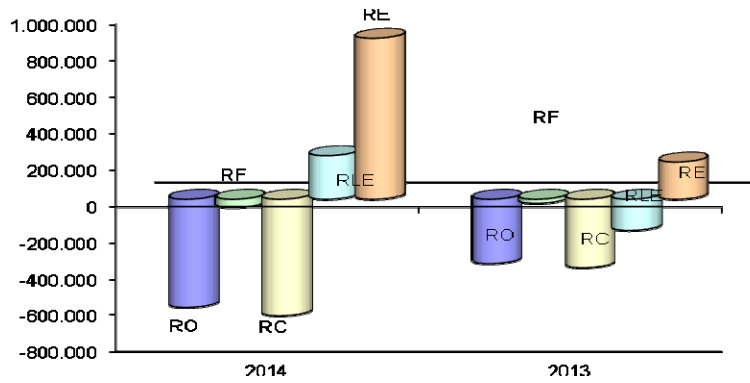
Os resultados líquidos do período foram 239.043,31 €, tendo contribuído para estes os resultados de exploração, negativos em 598.216,34 € (-352.954,49 € em 2013) resultados financeiros negativos em 45.939,76 € (-22.511,27 € em 2013) e resultados extraordinários de 883.199,41 € (204.245,90 € em 2013) (anexo IV – Demonstração de Resultados Funcional).

Do total dos proveitos e ganhos operacionais no montante de 19.715.132,14€, são de destacar as taxas com o valor de 3.136.449,83 € (-905.167,91€ que em 2013) e as transferências correntes do Orçamento do Estado, no valor 16.427.213,74 €.

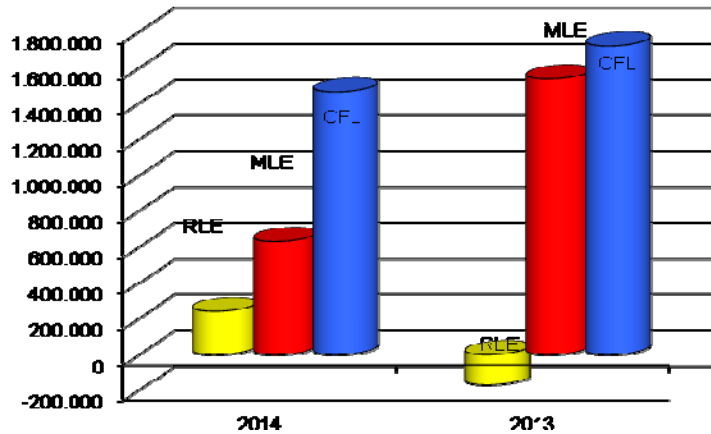
A nível dos custos e perdas operacionais apuramos o total de 20.313.348,48 € (- 1.183.203,34€ do que em 2013), onde se destacam os custos com pessoal no montante de 17.478.833,12 € (-285.291,18 que em 2013€), e os fornecimentos e serviços externos no valor de 1.437.822,89 € (-291.046,50 € que no ano de 2013).



Resultados



Cash-flow e meios libertos de exploração



O indicador cash-flow e os meios libertos de exploração diminuíram em relação ao exercício anterior. O cash-flow cifrou-se em 1.467.744,52 € (1.720.771,91 € no exercício anterior) e os meios libertos de exploração foram 630.484,87 € (1.539.037,28 € no exercício anterior) (anexo IV – Demonstração de Resultados Funcional).



IV Indicadores financeiros e económicos (anexo V)

Liquidez Geral – Medida pelo quociente entre o ativo circulante (elementos ativos de curto prazo) e o passivo circulante (elementos passivos de curto prazo), é um indicador de cobertura do passivo exigível a menos de um ano pelo ativo convertível em dinheiro no prazo de um ano, sendo que parte do ativo poderá corresponder a meios líquidos.

Liquidez Imediata – Determinada pelo quociente entre as disponibilidades (constituídas pelos saldos da conta no Tesouro, dos depósitos em instituições financeiras e da caixa) e o passivo circulante, é um indicador que pretende medir a capacidade imediata de fazer face a compromissos exigíveis a curto prazo.

Fundo de maneo líquido – Determinado pela diferença entre o ativo e o passivo circulante, quando conjugado com o fundo de maneo necessário, é um indicador que permite aferir acerca do equilíbrio financeiro.

Rotação do ativo líquido – Determinada pelo quociente entre o total dos proveitos de exploração (extrapolados para valores anuais através do produto entre os proveitos de exploração do período e o número de períodos contidos no ano) e o ativo líquido, é um indicador que mede a eficiência e a eficácia na utilização dos ativos (fixos e de curto prazo).

Rotação de clientes, contribuintes e utentes – Determinada pelo quociente entre o total dos proveitos de exploração (extrapolados para valores anuais através do produto entre os proveitos de exploração do período e o número de períodos contidos no ano) e o saldo de clientes, contribuintes e utentes, é um indicador que mede a eficiência na gestão dos recebimentos.

Endividamento – Medido pela razão entre o total passivo e o ativo líquido, é um indicador do grau de cobertura do ativo líquido por capitais alheios. Quando analisado isoladamente, este indicador não constitui um aferidor de excesso ou não de endividamento, sendo necessário conjugá-lo com a estrutura do passivo e com o grau de cobertura do serviço da dívida¹.

¹ Este indicador mede a cobertura do serviço da dívida (juros de financiamento e funcionamento adicionados de amortizações de capital) pelos meios libertos de exploração líquidos de impostos sobre o rendimento do exercício.



Autonomia financeira – Medida pela razão entre o total dos fundos próprios e o ativo líquido, é um indicador do grau de cobertura do ativo líquido por fundos próprios. A informação a extrair é complementar daquela que se extrai do endividamento.

Solvabilidade – Medida pela razão entre o total dos fundos próprios e o total do passivo, é um indicador do grau de cobertura dos capitais alheios pelos fundos próprios.

Fundo de maneo necessário – Mede a diferença entre as necessidades financeiras de exploração (conjunto de elementos ativos fundamentais para o desenvolvimento da atividade) e os recursos financeiros de exploração (conjunto de elementos passivos decorrentes da atividade).

Tesouraria – Mede a diferença entre o fundo de maneo líquido e o fundo de maneo necessário e é um indicador de equilíbrio financeiro estrutural. Considera-se que existe equilíbrio financeiro quando a tesouraria é positiva.

Rentabilidade do ativo líquido – Medida pelo quociente entre o resultado líquido do exercício e o ativo líquido, é um indicador de desempenho que afere o retorno do ativo líquido.

Rentabilidade dos fundos próprios – Medida pelo quociente entre o resultado líquido do exercício e o total dos fundos próprios, é um indicador de desempenho que afere o retorno dos fundos próprios.

Meios libertos de exploração – Determinados pelo somatório dos resultados de exploração com as amortizações e provisões do exercício, são um indicador de desempenho e conferem a capacidade da entidade para gerar fluxos operacionais.

Cash-flow – Determinado pela soma dos resultados líquidos do exercício com as amortizações e provisões do exercício, é um indicador de desempenho e avalia a capacidade da entidade para gerar fluxos operacionais e financeiros.

Equação de Dumont – Equação que apresenta a composição da rentabilidade dos fundos próprios, considerando o produto de três indicadores que para ela concorrem: margem líquida sobre vendas, rotação do ativo líquido e multiplicador dos fundos próprios.



Margem líquida sobre vendas – Determinado através do quociente entre os resultados líquidos do exercício e o total dos proveitos de exploração, é um indicador de rentabilidade que, quando considerado na equação de Dupont, mede a sua contribuição para a rentabilidade dos fundos próprios.

Multiplicador dos fundos próprios – Determinado através do quociente entre o ativo líquido e total dos fundos próprios, quando considerado na equação de Dupont, avalia a forma como a estrutura financeira (fundos próprios versus capitais alheios) contribui para a rentabilidade dos fundos próprios.